



SDS - Gerência de Integração e Capacitação

EDITAL Nº 005/2019ACIDES/SDS

Disciplina o processo de seleção do cadastro de reserva do corpo docente temporário para **Curso Superior de Polícia (CSP) da PMPE**, sob a supervisão do **Campus de Ensino Mata**, da Academia Integrada de Defesa Social.

Faço saber aos interessados e inscritos no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, que nos termos da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e nos dispositivos constantes no presente Edital, encontram-se abertas inscrições para o Processo de Seleção do Cadastro de Reserva do Corpo Docente Temporário para o **Curso Superior de Polícia (CSP) da PMPE**, sob a supervisão do **Campus de Ensino Mata**, da Academia Integrada de Defesa Social.

1. DAS VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA DO CORPO DOCENTE TEMPORÁRIO

1.1 Das vagas para coordenador:

ATIVIDADE	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Coordenação	360	<ul style="list-style-type: none">Ser Oficial Superior da PMPE com CSP, possuir o curso de Coordenação Pedagógica realizado pela ACIDES;Preferencialmente estar lotado na APMP ou DEIP.	01

1.2 Das vagas para instrutores titulares:

Disciplinas	C/H	Requisitos	Vagas
Metodologia da Pesquisa Científica I	20	Ser Oficial PMPE/CBMPE com CSP, ou Delegado da PCPE, possuidor de titulação de Mestre ou Doutor, em instituição de ensino superior, com comprovada autoria de trabalho científico.	01
Direitos Humanos e os Princípios de Defesa Social	20	Ser Oficial PMPE/CBMPE com CSP, ou Delegado da PCPE, possuidor de Especialização em Direitos Humanos e, preferencialmente, experiência na área de ensino na temática.	01
Gestão Estratégica de Crises – Nível Gerencial	20	Ser Oficial PMPE/CBMPE com CSP, ou Delegado da PCPE, possuidor de curso presencial na área e experiência de ensino na temática.	01
Sistema de Segurança Pública no Brasil e no Mundo	30	Ser Oficial PMPE/CBMPE com CSP, ou Delegado da PCPE possuidor de Especialização na área e experiência de ensino na temática.	01
Gestão do Potencial Humano nas Organizações	30	Ser Oficial PMPE/CBMPE com CSP, ou Delegado da PCPE, possuidor de Especialização na área e/ou experiência de ensino na temática.	01
Defesa Social no contexto contemporâneo	30	Ser Oficial PMPE/CBMPE com CSP, ou Delegado da PCPE possuidor de Especialização na área e/ou experiência de ensino na temática.	01
Sociologia do Crime e da Violência	30	Ser Oficial da PMPE/CBMPE com CSP, ou Delegado da PCPE com Especialização na temática Crime e Violência, e/ou com experiência de ensino na área.	01
Sistema de Justiça Criminal no Brasil e no Mundo	30	Ser Oficial da PMPE/CBMPE com CSP, ou Delegado da PCPE com Especialização na temática Sistema de Justiça Criminal, e/ou com experiência de ensino na área.	01
Economia, Desenvolvimento e Empreendedorismo no setor público	30	Ser Oficial da PMPE/CBMPE com CSP, ou Delegado da PCPE com formação em Economia ou Especialização na temática, preferencialmente, com experiência de ensino na área.	01
Filosofia e Doutrina das Organizações e emprego no âmbito da Defesa Social	20	Ser Oficial PMPE/CBMPE com CSP, ou Delegado da PCPE, com formação, capacitação ou especialização na temática, e/ou com experiência de ensino na área.	01
Tecnologia e Informação na Prevenção de Crimes e Incidentes	20	Ser Oficial PMPE/CBMPE com CSP, ou Delegado da PCPE, com formação ou curso de capacitação na área de Tecnologia da Informação, preferencialmente, com experiência de ensino na área	01
Gestão Organizacional com Foco nos Resultados	30	Ser Oficial PMPE/CBMPE com CSP, ou Delegado da PCPE, com experiência e/ou especialização na área, ou Gestor Governamental de Planejamento, Orçamento e Gestão com experiência na área de gestão por resultados.	01
Políticas Públicas de Defesa Social	30	Ser Oficial da PMPE/CBMPE com CSP, ou Delegado da PCPE com formação, capacitação ou especialização na temática, e/ou com experiência de ensino na área.	01
Metodologia da Pesquisa Científica II - Orientação	20	Ser Oficial PMPE/CBMPE com CSP, ou Delegado da PCPE preferencialmente possuidor de titulação de Mestre ou Doutor, em instituição de ensino superior, com comprovada atividade de orientação de Trabalho de Conclusão de Curso.	01

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO

2.1. Condições Gerais

2.1.1. Estar inscrito no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, nos termos do Capítulo I (Do Cadastro) da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e em conformidade com a **Portaria SDS Nº 4413, de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)** até a publicação deste Edital no portal da ACIDES, www.acides.pe.gov.br, e/ou Diário Oficial do Estado;

2.1.2. Após a publicação do presente edital, conforme item anterior, a pontuação dos profissionais já cadastrados na ACIDES/SDS, que se inscreverem para este processo seletivo, permanecerá inalterada para fins deste certame, não cabendo, portanto, atualizações neste momento;

2.1.3. Comprovar experiência profissional específica relativa à atividade pedagógica objeto de seleção (coordenação ou instrutoria), através da análise da documentação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social até a data de inscrição;

2.1.4 Para exercer as atividades de instrutor, os especialistas deverão comprovar, conforme estabelecido no Art. 18 do Decreto nº 43.993, de 29/12/2016 e Decreto Estadual nº 44.089, de 06FEV17:

I - a capacidade técnica;

II - o conhecimento específico na área da capacitação;

III - o conhecimento prático na matéria a ser ministrada;

IV - a experiência em instrutoria de no mínimo 120 (cento e vinte) Horas-Aulas ministradas na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de capacidade técnica dar-se-á mediante diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de conhecimento específico dar-se-á mediante:

I - diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, em qualquer área de conhecimento; e

II - certificado ou declaração, emitidos pelas Escolas de Formação e Aperfeiçoamento do Poder Executivo Estadual ou por instituições de formação, públicas ou privadas, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins, com mínimo de 60 (sessenta) Horas-Aulas.

A comprovação de conhecimento prático dar-se-á mediante declaração (anexo II), emitida pelo gestor da área em que o servidor público, empregado público ou militar tenha desempenhado as atividades inerentes à matéria a ser ministrada, por um período mínimo de 12 (doze) meses.

2.1.5. Ter concluído pelo menos um dos cursos, a saber: licenciatura em qualquer área do conhecimento; formação de multiplicadores ministrada pelo Instituto de Recursos Humanos (IRH); Pós-graduação na área de ensino; formação de formadores pela Rede EAD/SENASP.

2.1.6. Não se encontrar na inatividade, nem em processo de reforma, durante a realização de todo curso, até o lançamento das Horas-Aulas aos vencimentos.

3. DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo site da ACIDES, através do **Formulário 005/2019 - ACIDES**, disponível no site da ACIDES, www.acides.pe.gov.br e vão até o dia **17/05/2019**.

3.2. Será excluído do processo seletivo o candidato que:

3.2.1. Não estiver de acordo com o previsto na **Portaria SDS nº 4413, de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)**, até a data de publicação deste edital.

3.2.2 Não estiver com o seu currículo na Plataforma Lattes devidamente atualizado, nos últimos 12 meses, contendo o(s) curso(s) que o habilita(m) a ministrar a disciplina pretendida;

3.2.3. Não insere o endereço do currículo lattes, no ato da inscrição através do formulário online disponibilizado pelo do portal da Acides;

3.2.4. Inscrever-se para o processo seletivo após o prazo constante no formulário de inscrição do referido edital;

3.2.5. Não comparecer ao Encontro Pedagógico.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. Os trabalhos e instrumentos relativos ao processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso serão realizados pela **Comissão de Seleção**, composta pelos membros do quadro abaixo, tendo o primeiro como presidente.

POSTO	MAT.	NOME	LOTAÇÃO
TEN CEL PM	910.573-5	ANTÔNIO RAUL PEREIRA CAVALCANTE	CEMATA
MAJ PM	980.815-9	ANDREZA DE ARAÚJO SILVA	CEMATA
MAJ PM	950.684-5	CARLOS ALBERTO PEREIRA DO NASCIMENTO	GICAP/SDS
SGT BM	798.053-1	ALEXANDRE PEREIRA DOS ANJOS	GICAP/SDS

4.2. Serão utilizados os seguintes instrumentos no processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso, com atribuição exclusiva da GICAP/SDS:

4.2.1. Comprovação de conclusão dos cursos do item 2.1.5.

4.2.2. Análise dos requisitos básicos constante neste Edital, da titularidade e da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.3. Os candidatos formarão uma lista de classificação, de acordo com a titularidade, requisitos e pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.4. Os dados do candidato inscrito, referentes aos instrumentos do processo de seleção, serão contabilizados numa **Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção do Corpo Docente Temporário do Curso**. Será através da análise da referida planilha que os critérios serão verificados em cada caso, registrando-se o(s) motivo(s) que, eventualmente, inabilita(m) o(s) candidato(s).

4.5. Todos os instrutores concorrerão, inicialmente, com a sua primeira opção, feita no ato da inscrição. No caso das vagas não serem preenchidas desta forma, passarão a concorrer com a segunda opção, em assim por diante.

4.6. Caso, após o encerramento de todo o processo, ainda permaneçam vagas ociosas, estas poderão ser preenchidas através de chamada no portal eletrônico da ACIDES/SDS ou de indicação por parte da Comissão de Seleção nomeada no item 4.1.

4.7. Os candidatos aptos e disponíveis ao preenchimento das vagas, mas não selecionados, poderão ser, posteriormente, convocados, obedecendo-se à ordem de classificação obtida através da pontuação do Cadastro Estadual de Especialistas, para serem submetidos aos referidos instrumentos do processo de seleção, caso um ou mais candidatos com maior pontuação não tenham preenchido as vagas disponíveis.

4.8. Relativamente à análise do cadastro de especialistas do candidato a instrutor serão considerados os seguintes **critérios de desempate**, nesta ordem: 1) maior tempo de docência na disciplina objeto da seleção; 2) maior número de cursos de formação e/ou especialização relacionados à área pretendida, 3) maior tempo de conhecimento prático na disciplina objeto da seleção 4) maior grau acadêmico na área.

4.9 Registrar, se houver, na ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO as contra-indicações, observando e justificando os motivos que contraindique o candidato à prática docente ao presente processo seletivo, com critérios objetivos, devidamente justificados em processo escrito, remetido para a Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária.

4.10. Para a função de coordenador será preenchida preferencialmente pelos servidores lotados nos Campi de Ensino da ACIDES/SDS que possuírem o curso de coordenação pedagógica pela ACIDES/SDS. A função de coordenador de turma exige dedicação integral, atuando em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério da direção do campus responsável, ficando o coordenador de turma impossibilitado de exercer qualquer outro tipo de atividade pedagógica (instrutoria) durante o período de execução do curso neste Campus ou em outra Unidade da ACIDES/SDS.

4.11. O preenchimento das vagas para a disciplina obedecerá a ordem de classificação obtida através do Processo de Seleção.

4.12. A função de instrutor (titular ou secundário) exige participação em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério do Supervisor de Ensino do Campus, **com caráter eliminatório**.

4.13. Não serão realizadas provas ou outras atividades de seleção diversas das que estão previstas neste Edital.

4.14. Apresentar disponibilidade expressa para cumprir o cronograma de atividade escolar **estabelecido pelo Supervisor da Unidade de Ensino do Campus de Ensino**.

4.15. O instrutor Conteudista que se candidatar a vaga de instrutor titular ou instrutor secundário, caso não entregue o material didático (pladis, apostila, slide e questões de prova) na data estipulada pelo Comando do Campus de Ensino Mata, será automaticamente excluído do certame.

4.16. Para função de instrutor, a seleção priorizará a titulação de Doutor, Mestre e Especialista, nesta ordem.

5. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1. Concluídos os trabalhos, a Comissão de Seleção enviará à GICAP/SDS, através do e-mail uafgicap@gmail.com e também impresso, a minuta de portaria de designação dos docentes e a planilha de monitoramento do processo de seleção do corpo docente temporário do curso, que passarão por avaliação técnica, e conferência para que não ultrapassem a carga horária anual estabelecida pelo o Inc. II do Art. 32 do Decreto Estadual nº 43.993, de 29 de dezembro de 2016. Satisfeitos os requisitos exigidos, o gerente geral da GGAIC encaminhará a documentação relativa aos processos adotados, a fim de ser homologada através de portaria do secretário de defesa social.

5.2. As Horas-Aulas ministradas em outras secretarias no âmbito estadual serão computadas e subtraídas do limite anual de 240h/a, sendo de responsabilidade exclusiva do instrutor designado acompanhar sua quantidade de Horas-Aulas, visto que as aulas excedentes não serão computadas para efeito de pagamento.

5.3. Os candidatos-servidores estaduais ficam **impedidos de se inscrever no certame**, caso venham estar no período da instrutoria em qualquer tipo de afastamento administrativo, a saber: **licenças ou gozo de férias**, conforme Autorização da Chefia Imediata (Anexo III).

5.4. Os candidatos-servidores estaduais que já tenham formalizado seu pedido de ida para a inatividade, ou que estejam a ponto de fazê-lo, quer seja através de processo de aposentadoria (reserva remunerada ou reforma), quer seja por quaisquer outros motivos, estarão **impedidos** de participar deste certame, conforme Autorização da Chefia Imediata (Anexo III).

5.5. Os candidatos não selecionados, porém, aprovados em todos os instrumentos do Processo de Seleção, e disponíveis ao eventual preenchimento das vagas, formarão uma reserva técnica, em que serão denominados **Suplentes**, sendo convocados para preencher as vagas sem submeterem-se a novo Processo de Seleção, obedecendo-se ordem de classificação para cada disciplina, e durante a validade do presente Edital.

5.6. Serão selecionados, se possível, 03 (três) vezes o número de vagas oferecidas no certame para compor o quadro de reservas.

6. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

6.1. O candidato que desejar interpor recurso contra o Processo de Seleção, que não terá efeito suspensivo, só devolutivo, o fará na forma de requerimento enviado para a Comissão de Seleção do presente edital, no prazo máximo de 48 horas após a divulgação dos resultados no site da ACIDES, a qual responderá aos recursos no prazo de 72 horas da interposição do recurso.

6.2. O provimento do recurso, por parte da Comissão de Seleção, gerará para o candidato direito ao preenchimento da(s) vaga(s), desde que atendidos todos os Instrumentos do Processo de Seleção.

6.3. Os recursos interpostos deverão apresentar, no mínimo, as seguintes informações: NOME COMPLETO DO CANDIDATO, DISCIPLINA, CURSO, Nº DO EDITAL E ARGUMENTAÇÃO LÓGICA E CONSISTENTE, amparada na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009 e nos dispositivos do presente Edital.

6.4. Os recursos que não atenderem as especificações contidas no presente Edital e na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, não serão reconhecidos.

6.5. Não serão apreciados recursos interpostos em favor de outros candidatos.

7. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

7.1. O presente Edital, cujo teor estará disponível no portal da ACIDES, www.acides.pe.gov.br, a partir da publicação até o encerramento do curso (publicação de portaria de conclusão). O calendário das atividades inerentes ao presente processo de seleção está descrito no Anexo I deste Edital (Cronograma de Atividades do Processo de Seleção).

7.2. A direção do campus de ensino solicitará ao gerente geral da GGAIC o desligamento de qualquer coordenador ou instrutor selecionado, quando deixarem de comparecer injustificadamente a uma aula, ou não cumprirem os prazos previamente acordados inerentes à sua atividade, bem como por apresentarem, aos alunos, postura profissional inadequada ou motivos que os inabilitem para fazerem parte do Corpo Docente temporário, sendo substituídos imediatamente pelo candidato subsequente na condição de suplente.

7.3. Os casos omissos serão solucionados pelo gerente geral da GGAIIC, gestor de integração e capacitação, pela comissão de seleção e pelas DEIP PMPE e DEIP CBMPE.

7.4. Os Gestores dos Órgãos Operativos deverão facilitar a liberação dos servidores selecionados para ministrar as instruções, objetivando uma melhor qualificação dos profissionais de segurança pública.

Recife-PE, em 07 de maio de 2019.

CLÁUDIO ANTONIO DELGADO DE BORBA FILHO

Gerente Geral de Articulação, Integração Institucional e Comunitária - GGAIIC

FERNANDO CORREIA DOS SANTOS

Gerente de Integração e Capacitação - GICAP

ANEXO I

CRONOGRAMA DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Etapas	Atividades	Período	Responsabilidade
1	Validação das atualizações dos currículos junto à GICAP	Até a data de abertura deste Edital	Docente candidato
2	Análise da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, confirmação recadastramento e da existência de currículo do candidato na Plataforma Lattes e verificação de habilitação do candidato para a disciplina pretendida.	Até 24/05/2019	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
3	Convocação dos instrutores selecionados para o cadastro de reservas que deverão entregar a Autorização da Chefia Imediata (anexo III) no Encontro Pedagógico .	A DEFINIR	CEMATA
4	Encontro Pedagógico - Entrega das Declarações de Conhecimento Prático e de Reposição de Horas dos instrutores selecionados para o cadastro de reserva	A DEFINIR	CEMATA
5	Elaboração e publicação no site da ACIDES da portaria de designação dos docentes selecionados.	A DEFINIR	Comissão de Seleção com apoio da GICAP

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Academia Integrada de Defesa Social

Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 33/2008-CES, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco,
homologado pela Portaria SE nº 3571, de 12/05/2008, publicada no DOE de 13/5/2008

CNPJ : 02.960.040/0002-91

DECLARAÇÃO

Eu _____, matrícula nº _____, Órgão de Origem _____, atualmente exercendo a função de _____, declaro para os devidos fins de **comprovação de conhecimento prático**, consoante o Parágrafo 2º do Artigo 7º do Decreto nº 30.517, de 06/06/2007 que o(a) servidor(a), _____, matrícula nº _____, órgão de origem, _____, lotado no(a), _____, **possui conhecimento prático sobre:** _____, por ter desempenhado, por mais de 12 meses, atividades relativas ao tema no período de ____/____/____ a ____/____/____, no(a) _____ (Unidade/Setor). Atesto, por tanto, sua capacidade prática na abordagem do referido tema no **Curso Superior de Polícia (CSP) da PMPE**.

Recife, PE, em ____ de _____ de 2019

Assinatura e carimbo da chefia imediata

ANEXO III

AUTORIZAÇÃO DE CHEFIA IMEDIATA

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

GERÊNCIA GERAL DE ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA

GERÊNCIA DE INTEGRAÇÃO E CAPACITAÇÃO

ACIDES-PE

Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social

AUTORIZAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA

Eu, _____, mat. _____, CPF. _____, solicito autorização para ministrar aulas na disciplina _____, do **Curso Superior de Polícia (CSP) da PMPE**, no período de ____/____/____ à ____/____/____, como instrutor _____ e DECLARO que não estou no período da disciplina a ser ministrada, em qualquer tipo de afastamento do serviço por licença ou gozo de férias e tenho pleno conhecimento da impossibilidade de exercer a referida instrutoria, sob o risco de **NÃO RECEBIMENTO** das Horas-Aulas ministradas, caso esteja ou dê entrada no processo para inatividade durante o transcorrer do curso. (Art. 28 e Inc. I e II do Art. 32 do Decreto Estadual nº 43.993, de 29DEZ16, alterado pelo Decreto Estadual nº 44.089, de 06FEV17).

Recife, ___/___/___.

Nome / Posto / Matrícula

Autorizo,

Em, ___/___/___.

[Carimbo e assinatura da chefia imediata].

ANEXO IV

EMENTAS E CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA I

Carga Horária: 20 h/a

EMENTA: Estudo do conhecimento científico (conhecimento humano, os níveis de conhecimento, o conhecimento científico, a pesquisa científica, campos da pesquisa científica, a questão do método, métodos nas ciências sociais, tipos de trabalhos científicos, características do trabalho científico acadêmico, importância do estudo da metodologia científica), em especial, o aplicado ao campo da Defesa Social. Projeto de pesquisa: desenho lógico (assunto, problema, tema, objetivos, justificativas, marco teórico, referências conceituais, construção de hipótese, indicação das variáveis, procedimentos metodológico, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, pesquisa de amostra, modelo de análise. Estrutura de uma pesquisa e suas partes pré-textuais, textuais e pós-textuais, além da conformidade com normas da ABNT (normas para elaboração de trabalhos).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A construção do conhecimento científico e Tipos de Pesquisa

1. 2 O que é e o que caracteriza a ciência;
1. 3 A importância do método científico para a produção de trabalhos acadêmicos;
1. 4 Fases da Pesquisa;
1. 5 Tipos de pesquisa.

2. Elaboração, desenvolvimento e instrumentos da pesquisa científica

- 2.1 Escolha do tema da pesquisa;
- 2.2 Definição do problema e formulação de hipóteses;
- 2.3 Aporte teórico para o trabalho científico;
- 2.4 Instrumentos de pesquisa e coleta de dados;
- 2.5. Análise dos dados pesquisados.
- 2.6 Normas da ABNT.

3. Pesquisa Científica no campo da Defesa Social

- 3.1 Principais fontes;
- 3.2 Levantamento do Estado do Conhecimento;
- 3.3. Exploração do campo de pesquisa;
- 3.4 Elaboração de Projeto de Pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MARCONI & LAKATOS, Marina de Andrade e Eva Maria. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI & LAKATOS, Marina de Andrade e Eva Maria. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA & SILVEIRA, José Maria da e Emerson Sena da. Apresentação de Trabalhos Acadêmicos. Normas e técnicas. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

CRESWELL, John. Projeto de Pesquisa. Métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CONTEUDISTA:

Matrícula	Cargo/Posto	Nome
950657-8	Maj PM	Benoni Cavalcanti Pereira

DIREITOS HUMANOS E OS PRINCÍPIOS DE DEFESA SOCIAL

Carga Horária: 20 h/a

EMENTA: Liderança motivacional. Agente promotor de Direitos Humanos. Objetivos da ação policial em face de minorias. A realidade discursiva nacional e internacional. As movimentações políticas no ativismo humanitário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A desumanização do humano.
2. O conceito de outro.
3. A indiferença para Levinas.
4. A Declaração dos Direitos Humanos na pós-modernidade
5. O onze de setembro e os direitos humanos. O perigo da relativização da tortura.
6. O debate atual acerca da Pena de morte para Bobbio.
7. A Polícia e as minorias.
- 7.1 Discurso de Gênero.
- 7.2 Racismo.
- 7.3 Menores infratores.
- 7.4 O trato com o preso. Limites Legais a atuação PM.
8. Motivando os outros a serem promotores de Direitos Humanos.
9. Análise de casos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- EICHENBERG, Rosaura; HUNT, Lynn. A Invenção dos direitos humanos. São Paulo: Cia.das Letras, 2009.
- LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1988.
- LÉVINAS, Emmanuel. Ensaio sobre a alteridade. Trad. Pergentino Stefano Pivatto. Ed. Vozes: Petrópolis, 2004.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. São Paulo: Campus, 2004.
- LINDGREN ALVES, José Augusto. Os direitos humanos na pós-modernidade. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- COMPARATO, Fábio Konder, 1936 – A afirmação histórica dos direitos humanos – 4.ed. rev. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2005;
- VELHO, Gilberto e Alvito, Marcos, - Cidadania e Violência – 2. Ed. Ver. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 2000;
- ALMEIDA, Guilherme Assis de, - Direitos Humanos e Não- violência – São Paulo: Atlas, 2001;
- PINSKY, Jaime e Pinsky, Carla Bassanezi – História da Cidadania – 2. Ed. São Paulo: 2003
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1996. 217p.
- BEZERRA, J.L. Os impasses da cidadania: Infância e Adolescência no Brasil, Rio de Janeiro: Ibase,1992.
- BALESTRERI Ricardo Brisola. Direitos Humanos: Coisa de Polícia – Passo fundo-RS, CAPEC, Paster Editora, 1998;
- BALESTRERI, Ricardo. Treze reflexões sobre polícia e direitos humanos. Revista Direito Militar, n. 12, jul-ago. 1998;
- BRANT, Leonardo. Diversidade Cultural. 2005. São |Paulo/SP, Escrituras Editora, 2005;
- MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais: teoria geral. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 320p.

CONTEUDISTA:

Matrícula	Cargo/Posto	Nome
2009-5	Cel PM	Ney Rodrigo Lima Ribeiro

GESTÃO ESTRATÉGICA DE CRISES – NÍVEL GERENCIAL

Carga Horária: 20 h/a

EMENTA: O estudo das técnicas de gerenciamento de ocorrências especiais denominadas crises as quais possuem um tratamento diferenciado e consubstanciado nas mais modernas técnicas policiais do mundo, considerando que os oficiais superiores, muitas vezes gerentes (comandante da operação policial) desses eventos críticos, devem possuir os conceitos técnicos e táticos específicos nas gestões de ocorrências de alta complexidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Crise: conceito, características e exemplos.

2. Gerenciamento de Crise (GC): conceito, objetivos e critérios de ação.
3. Medidas de Resposta Imediata, perímetros de segurança, classificação da crise e níveis de resposta.
4. Elementos essenciais de informação, tipologias do causador e alternativas táticas. Negociação: Objetivos e síndromes de Estocolmo e Londres.
5. Funções do Gerente da Crise.
6. Gabinete de Gerenciamento de Crise: Decreto nº 33.782 de 14 de agosto de 2009
7. Estudos de casos (Caso Ônibus 174 e Caso Eloá)
8. Definir o papel da negociação como solução para uma crise e conhecer seu objetivos principais.
9. Conhecer os componentes de uma equipe de negociação, bem como o papel de cada um para solucionar uma crise.
10. Conhecer as regras básicas de negociação e sua correta utilização dentro de uma crise.
11. Conhecer os principais sinais que indicam o progresso das negociações, as características principais de um negociador e os itens que podem ser negociados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AMORIM, Carlos. **CV-PCC: a irmandade do crime**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- ATHAYDE, Celso. **BILL, MV. Falcão: meninos do tráfico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- BAKER, Alan, **Técnicas de Comunicação**. 2ª. ed. Tradução Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Clio, 2007.
- BARCELLOS, Caco. **Rota 66**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- BERQUÓ, Alberto. **O Sequestro dia a dia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- BORGES, Gerson. **Seqüestros, a liberdade tem preço: um programa de segurança para você e sua família**. Rio de Janeiro: Quartet, 1997.
- BRASILIANO, Antônio Celso Ribeiro. **Seqüestro... Como Se Defender: planejamento de segurança pessoal, noções anti-seqüestro**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- CAMPOS, Márcio. **A tragédia de Eloá: uma sucessão de erros**. São Paulo: Landscape, 2008.
- DECKES, Flávio. **Radiografia do Terrorismo no Brasil 66/80**. São Paulo: Ícone, 1985.
- DECRETO Estadual nº 33.782/09 que Cria o Gabinete de Gerenciamento de Crise em Pernambuco.
- DE SOUZA, Wanderley Mascarenhas. **Gerenciamento de Crises em Segurança**. São Paulo: Sicurezza, 2000.
- _____, Wanderley Mascarenhas. **Como se comportar Enquanto Refém**. São Paulo: Ícone, 1996.
- _____, Wanderley Mascarenhas. **Gerenciamento de Crises: Negociação e Atuação de Grupos Especiais de Polícia na Solução de Eventos Críticos**.
- DUARTE, Mário Sérgio. **Incursionando no Inferno: a verdade da tropa**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.
- FERREIRA-SANTOS, Eduardo. **Transtorno de Estresse Pós-Traumático em Vítimas de Sequestro**. São Paulo: Summus, 2007.
- FISHER, Roger. URY, William. PATTON, Bruce. **Como chegar ao SIM: a Negociação de Acordo sem Concessões**. Tradução Vera Ribeiro & Ana Luiza Borges. 2. ed. Rev. e Ampl. Rio de Janeiro: Imago, 2005.
- FRANÇA, Leandro. **Ensaio de uma Vida Bandida**. Curitiba: Juruá, 2008.
- GABEIRA, Fernando. **O Que é Isso, Companheiro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. 51 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- LANCELEY, Frederick J. **On-SceneGuide for CrisisNegotiators**. 2 ed. Boca Raton: CRC Press, 2003.
- LEMGRUBER, Julita. MUSUMECI, Leonarda. CANO, Ignacio. **QUEM VIGIA OS VIGIAS?: um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- LUCCA, Diógenes Viegas Dalle. **Alternativas Táticas na Resolução de Ocorrências com Reféns Localizados- Monografia Apresentada por Conclusão do CAO-II/01 PMESP**. São Paulo: 2002.
- MANFREDINI, Noely. RECALCATTI, Rubens. **Seqüestros: Modus Operandi e Estudos de Casos**. Blumenau: Nova Letra, 2008.
- MARTINELLI, Dante P. ALMEIDA, Ana Paula. **Negociação e Solução de Conflitos: do impasse ao ganha-ganha através do melhor estilo**. São Paulo: Atlas, 2006.
- MEDEIROS, Norah. **Manual de Psicologia Criminal**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 1987.
- MELLO, José Carlos Martins F. **Negociação Baseada em Estratégia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MURPHY, Joseph. **Os Milagres da Mente**. São Paulo: Forense Universitária, 1991.
- RIPLEY, Amanda. **IMPENSÁVEL: como e por que as pessoas sobrevivem a desastres**. Tradução Helena Londres. São Paulo: Globo, 2008.
- RODRIGUES, Guilherme S. **Código de Cela: o mistério das prisões**. São Paulo: WVC, 2001.
- RODRIGUES, Humberto. **Vidas do Carandiru: histórias reais**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- SALIGNAC, Ângelo Oliveira. **Negociação em Crises: atuação policial na busca da solução para eventos críticos**. São Paulo: Ícone, 2011.
- SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: o Psicopata mora ao lado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- SOUZA, Fátima. **PCC a Facção**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- SOARES, Luiz Eduardo. PIMENTEL, Rodrigo. BATISTA, André. **Elite da Tropa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- SOUZA, Percival de. **Narcoditadura: o caso Tim Lopes, crime organizado e jornalismo investigativo no Brasil**. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.

SOUZA, Percival de. **O Sindicato do Crime: PCC e outros grupos**. São Paulo: Ediouro, 2006.

THOMPSON, Leroy. **Hostage Rescue Manual**. London: Greenhill Books, 2001.

TOMÉ, Ricardo Lemos. **A Solução Policial e Gerenciada das Situações Críticas**. Florianópolis, 1998.

VARELLA, Dráuzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WEILL, Pierre. **Relações Humanas na Família e no Trabalho**. 43ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

WOLFMAM, Luizão. **Portal do inferno...Mas há Esperança**. São Paulo: WVC, 2000.

CONTEUDISTA:

Matrícula	Cargo/Posto	Nome
950232-7	Maj PM	José Rogério Diniz Tomaz

SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL E NO MUNDO

Carga Horária: 30 h/a

EMENTA: Estudo comparativo sobre os diferentes modelos de Sistema de Segurança Pública no Brasil e no mundo. Debate sobre os Sistemas de Segurança Pública, no Brasil e no mundo, analisando-os numa perspectiva crítica e abordando seus elementos estruturantes, bem como a forma e os procedimentos de sua materialização. Estudo dos Planos Estaduais e Nacionais de Segurança Pública e Defesa Social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Segurança Pública no Brasil e seus paradigmas;
2. As atribuições das instituições de Segurança Pública: visão sistêmica e compartilhada;
3. O mandato policial e suas peculiaridades;
4. A função de policiamento ostensivo na preservação do Estado democrático de Direito;
5. Políticas Públicas de Segurança Pública: Conceitos e Classificações;
6. O projeto de Segurança Pública para o Brasil e o Plano estadual de Segurança Pública;
7. Modelos comparados de sistemas policiais e os problemas de funcionamento no Brasil e no Mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. Tradução de Renê Alexandre Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BRASIL. Plano Nacional de Segurança Pública, Governo Federal, 2001.

BRASIL. Projeto Segurança Pública para o Brasil, Governo Federal, 2002.

BRASIL. Planos estaduais de Segurança. Ministério da Justiça- 2003.

DIAS, Reinaldo e MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FILOCRE, D'Aquino. **Classificações de políticas de segurança pública**. In: Revista Brasileira de Segurança Pública. Brasília: SENASP, ano 3 Edição 5 Ago/Set 2009

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia: sociologia da Força Pública**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. Ed. rev . 2002. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MORAIS, Paulo. **Segurança pública e as organizações policiais**. Recife: Bagaço, 2008.

PERNAMBUCO. Plano Estadual de Segurança Pública (PESP-PE). SDS/PE, 2007.

Plano Metropolitano de Defesa Social e Prevenção à Violência - COMDERM - 2003.

Políticas Públicas: conceitos e práticas / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte : Sebrae/MG, 2008. 48 p.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007

SILVA, Washington França da. **Mandato policial na prática: procedimentos policiais no atendimento às ocorrências criminais e não-criminais**. In: Revista Brasileira de Segurança Pública. Brasília: SENASP, Ano 4 Edição 6 Fev/Mar 2010, 6-30p.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. In: Sociologias. Porto Alegre:ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

CONTEUDISTA:

Matrícula	Cargo/Posto	Nome
2017-6	TC PM	Gildo Tomé da Silva

GESTÃO DO POTENCIAL HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES

Carga Horária: 30 h/a

EMENTA: Análise do cenário atual da Gestão do Potencial Humano na PMPE através de indicadores e estudo dos conceitos essenciais a serem trabalhados com eficiência e eficácia pelo gestor, visando atingir excelência nos resultados relativos à gestão de pessoas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Gestão das equipes para solução de problemas, novas tecnologias, inovação e relacionamentos.
2. Cultura Organizacional.
3. Clima Organizacional.
4. Cultura e Clima: Reconhecendo Influências.
5. Mudança e Resistência.
6. Dinâmica da Força de Trabalho.
7. Seleção de Pessoas.
8. Avaliação de Desempenho.
9. Treinamento, Desenvolvimento e Gestão do Conhecimento.
10. Motivação e Trabalho em Equipe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, Luis César G. de. Gestão de pessoas: estratégia e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2010.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. Motivação nas organizações. São Paulo: Atlas, 2008;

DONADIO, Mário. Treinamento e desenvolvimento total: ensinando as empresas a aprender. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999;

KANAANE, Roberto e ORTIGOSO, Sandra Aparecida Formigari. Manual de treinamento e desenvolvimento do potencial humano. São Paulo: Atlas, 2010.

CONTEUDISTA:

Matrícula	Cargo/Posto	Nome
950232-7	Maj PM	José Rogério Diniz Tomaz

DEFESA SOCIAL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Carga Horária: 30 h/a

EMENTA: Análise do Sistema Brasileiro de Segurança Pública; Debate sobre o papel das Instituições de Segurança Pública no Brasil e na Ordem Internacional; Cenário Global e atual das ações de segurança pública: tendências e desafios; Relação entre os planos de segurança pública no âmbito estadual e nacional (Pacto pela Vida e Plano Nacional de Segurança Pública); análise de cenários da segurança pública neste contexto, seus potenciais e suas ameaças; Elaboração de Políticas Públicas de Segurança no contexto dos planos nacional e estadual e produção de conhecimento da área.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Abordagem Histórica e Cultural das Instituições de Segurança Pública.
2. Funções de Preservação do Estado Democrático de Direito.
3. Estrutura Organizacional e Funcional.
4. Atribuições das Instituições de Segurança Pública. Visão Sistêmica e Compartilhada.
5. Estruturas Interligadas x Autonomia.
6. Trabalho de Forma Cooperativa e Colaborativa.
7. Legitimidade na Prática dos Atos frente às garantias fundamentais.
8. Segurança Pública como Sistema Interorganizacional.
9. Sistema Policial na Sociedade Brasileira.
10. A Relação dos policiais com o Judiciário e o Ministério Público.
11. Desafios do Sistema Prisional Brasileiro. Integração Policial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Justiça. SENASP. Bases curriculares para a formação dos profissionais da área de segurança do cidadão.

CARDOSO, Alberto (1999). A estratégia nacional e a reforma dos aparelhos de segurança

CONNELLY, Elizabeth (1993). A organização policial, em O mundo da violência. A Polícia da era Vargas (pg. 47 – 74). Universidade de Brasília – Brasília DF.

CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves, e Barbosa, Allan Claudius Queiroz (2002). Uma abordagem organizacional na segurança pública: Notas para discussão. PROPAD/UFPE. Recife – PE.

GUIMARÃES, Rodrigo Régner Chemiu (2002). Controle externo da atividade policial no Brasil, em Controle externo da atividade policial pelo Ministério Público. Juruá – Curitiba – PR.

MELO, Ronivalva Andrade (2000). Defesa Social e Segurança Pública na perspectiva de uma Gestão Comunitária. Paper. FUNDAJ. Recife – PE.

MONET, Jean-Claude(2001), Policias e Sociedades na Europa, São Paulo-SP, EDUSP

Plano Nacional de Segurança Pública – 2001;

Projeto Segurança Pública para o Brasil – 2002;

Planos Estaduais de Segurança – Ministério da Justiça – 2003;

Plano Estadual de Segurança Pública – SDS Pernambuco;

Plano Metropolitano de Defesa Social e Prevenção à violência – COMDERM – 2003;

SILVA, Jorge da (1990). Papel e Prática da Polícia, em Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem Constitucional Forense São Paulo-SP.

CONTEUDISTA:

Matrícula	Cargo/Posto	Nome
28621-4	CEL PM	Ivan José de Melo

SOCIOLOGIA DO CRIME E DA VIOLÊNCIA

Carga Horária: 30 h/a

EMENTA: Estudo do cenário do crime e da violência e como podem atuar as Instituições Públicas de Defesa Social, considerando as teorias sociológicas e a atuação dos gestores policiais no campo da prevenção à violência e à criminalidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Definições de crime. Definições de Violência. Teorias bioantropológicas.
2. Teorias sociológicas. Abordagens contemporâneas da Violência e do Crime.
3. A sociologia do crime e da violência no Brasil e no mundo.
4. Violência e crime no mundo contemporâneo: algumas considerações empíricas. Implicações da sociologia do crime e da violência para as políticas públicas de segurança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. São Paulo: RT, 2004.

MOLINA, Antonio García-Pablos de. Criminologia. Uma introdução aos seus fundamentos teóricos. São Paulo: RT, 1992.

BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal. Rio de Janeiro: Renavan, 2004.

3. DIAS & ANDRADE, Jorge de Figueiredo e Manuel da Costa. Criminologia. O homem delinqüente e a sociedade criminógena. Coimbra: Coimbra Limitada, 1992.

CONTEUDISTA:

Matrícula	Cargo/Posto	Nome
910598-0	TC PM	Manoel de Jesus Santos Filho

SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL NO BRASIL E NO MUNDO

Carga Horária: 30 h/a

EMENTA: Estudo comparativo sobre os diferentes modelos de Sistema de Justiça Criminal no Brasil e no mundo e sua relação com os atuais sistemas de informações geográficas, bem como os: tipos de mapas e suas codificações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Análise dos Sistemas de Justiça Criminal, no Brasil e no mundo, numa perspectiva crítica e abordando seus elementos estruturantes, bem como a forma e o procedimento de sua materialização através do devido processo legal.
2. Articulação do Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal.
3. Introdução ao Mapeamento Criminal;
4. Introdução ao Geoprocessamento e aos Sistemas de Informação Geográfica;
5. Tipos e produção de mapas;
6. Geocodificação;
7. Uso de dados externos;
8. O uso do Mapeamento na Análise Criminal.
9. Produtos analíticos do Mapeamento Criminal

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOBA, Rachel. Crime Analysis and Crime Mapping. Thousand Oaks, CA: Sage, 2005.

EKBLOM, P. "Getting the Best Out of Crime Analysis" Paper 10, London: Home Office, Crime Prevention Unit, 1998.

FELSON, M. e CLARKE, R. V. (1998). "Opportunity Makes the Thief" Police Research Series Paper 98. London: Home Office.

HARRIES, K. (1999). "Mapping Crime: Principle and Practice" Washington DC: National Institute of Justice, Crime Mapping Research Center, National Institute of Justice (existetradução não oficial disponível em http://www.crisp.ufmg.br/livro/livro_mapeamento.zip).

IACA. Exploring Crime Analysis: Readings on Essential Skills. International Association of Crime Analysts. North Charleston, SC: Booksurge, LLC, 2004.

READ, T. e OLDFIELD, D (1995). "Local Crime Analysis" Crime Detection and Prevention Series Paper 65, London: Home Office, Police Research Group. VELLANI, Karim H. e NAHOUN, Joel D. Applied Crime Analysis. Woburn, MA: Butterworth-Heinemann, 2001.

WEISBURG, David. Statistics in Criminal Justice (with Study Guide). United States: Wadsworth Publishing Company, 2002. 624 p

WILES, P. e COSTELLO, A. (2001). "The 'Road to Nowhere': The Evidence for Travelling Criminals" Home Office Research Study 207, London: Home Office, Research, Development and Statistics directorate.

CONTEUDISTA:

Matrícula	Cargo/Posto	Nome
920494-6	TC PM	Vilmarde Barbosa da Costa

ECONOMIA, DESENVOLVIMENTO E EMPREENDEDORISMO NO SETOR PÚBLICO

Carga Horária: 30 h/a

EMENTA: Abordagem do cenário da economia e do desenvolvimento no setor público brasileiro, tendo como ferramenta inovadora o espírito empreendedor no setor público, com foco nas atividades de defesa social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Breve reflexão histórica da ciência econômica e seus princípios.
2. Estudo das políticas macroeconômicas e de desenvolvimento econômico sustentável.
3. Influência das questões econômicas na área de Defesa Social.
4. Empreendedorismo no setor público: conceitos e características.
5. Elaboração de propostas ou projetos inovadores para otimização de recursos na área de Defesa Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo, Editora 34, 1996.

DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios. São Paulo: Editora Pioneira, 1987.

GREMAUD, Amaury Patrick. Economia Brasileira Contemporânea, 7a ed., São Paulo: atlas, 2009.

MOREIRA, José Otávio de Campo. Economia Notas Introdutórias. 2a ed., São Paulo : Atlas, 2009;

SOUZA, Nilson Araújo de. Economia Brasileira Contemporânea: De Getúlio a Lula. 2a ed., São Paulo: Atlas, 2008.

VALADARES, Josiel; EMMENDOERFER, Magnus. A Incorporação do Empreendedorismo no Setor Público: reflexões baseadas no contexto brasileiro. Revista de Ciências da Administração, Florianópolis, p. 82 - 98, abr. 2015.

VASCONCELOS, Marcos Antônio Sandoval de. Fundamentos de Economia. 5ªEd., Saraiva, 2014.

CONTEUDISTA:

Matrícula	Cargo/Posto	Nome
950657-8	Maj PM	Benoni Cavalcanti Pereira

FILOSOFIA E DOCTRINA DAS ORGANIZAÇÕES E EMPREGO NO ÂMBITO DA DEFESA SOCIAL

Carga Horária: 20 h/a

EMENTA: Filosofia e estudo da gestão das Instituições no contexto do sistema organizacional, analisando seus limites e possibilidades, com vistas a identificar alternativas que favoreçam a prática de gestão de polícia em consonância com as necessidades da sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. As instituições públicas organizadas com base na hierarquia e disciplina, conforme dispõe, expressamente, a Constituição Federal de 1988. Definição de filosofia e doutrina.
2. Modelos de Defesa Social no mundo. Militar ou Civil. Emprego da segurança pública: público ou privado. Emprego das empresas de vigilância na segurança pública: privatização do sistema de Defesa Social?
3. Regime de servidores públicos (civis e militares) X trabalhadores privados. Cobrança de taxas por utilização de serviços públicos.
4. As Instituições Estaduais como forças reservas do Exército – a questão da defesa interna. Proteção do Estado X Proteção do Cidadão – (in)coerência.

5. Defesa Social: uma atividade de natureza civil. Porque dos militares?
6. Estrutura de Organizações – a centralização ou descentralização na administração das organizações.
7. Manutenção ou preservação da ordem pública? – O que mudou na CF98 sobre a filosofia na segurança pública no Brasil?
8. Formação do sistema único de Defesa Social – Unificação X integração. Identidade da organização – cores e marcas.
9. Dimensionamento das estruturas das organizações militares e as disfunções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DF, 1988.
 MIRANDA, Ewerton José Braz (Org.). COLETÂNEA DE LEGISLAÇÃO BÁSICA. Editora Recife Gráfica. Recife. 1998.
 MONJARDET, Dominique. O QUE FAZ A POLÍCIA. EDUSP, São Paulo. 2003.
 MORAIS, Paulo. SEGURANÇA PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS. Edições Bagaço. 2008.
 MORRIS, Noval; TONRY, Michael (Orgs.). POLICIAMENTO MODERNO. EDUSP, São Paulo. 2003.
 REINER, Robert. A POLÍTICA DA POLÍCIA. EDUSP, São Paulo. 2004.

CONTEUDISTA:

Matrícula	Cargo/Posto	Nome
DJPM	Maj PM	Demétrios Wagner Cavalcanti da Silva

TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO NA PREVENÇÃO DE CRIMES E INCIDENTES

Carga Horária: 20 h/a

EMENTA: Estudo das novas tecnologias a serviço do sistema de segurança pública, com vista ao controle e prevenção da criminalidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Análise das ferramentas tecnológica na prevenção de incidentes.
2. Estudo comparativo das tecnologias disponíveis e aplicabilidades na área de Defesa Social.
3. Geoprocessamento e Sistemas de Informação Geográfica.
4. Mapeamento na Análise Criminal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEATO, C. “Produção, uso de informações e diagnósticos em segurança urbana” In: RIBEIRO, L.;

PINTO, A. S. (Org.) A análise criminal e o planejamento operacional. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2006. p. 64-123.

BEATO, C. “Gestão da Informação”. In: SENASP Gestão da Informação e Estatísticas de Segurança Pública no Brasil. Coleção Segurança Com cidadania / Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2009, nº2. Brasília, DF. p. 8-47

BORGES, D. “Relatório da Proposta de um Sistema Nacional de Indicadores de Desempenho dos Órgãos de Segurança Pública”. Secretaria Nacional de Segurança Pública, Brasília, DF, 2009.

BORGES, D. “Estado das artes das pesquisas e bases de dados sobre violência, criminalidade e segurança pública no Brasil”. In: RIBEIRO, L.; PINTO, A. S. (Org.) A análise criminal e o planejamento operacional. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2006. p. 44-53.

ROLIM, A.C. Estatísticas criminais. Ou a conta de Humpty-Dumpty. In: ROLIM, A.C. A síndrome da rainha vermelha. Policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006. p. 246-277.

PEIXOTO, B. T.; LIMA, R. S.; DURANTE, M. O. “Metodologias e criminalidade violenta no Brasil”. São Paulo em Perspectiva, 18(1), 2004. p. 13-21

CONTEUDISTA:

Matrícula	Cargo/Posto	Nome
950719-1	Maj PM	George Fragoso de Andrade

GESTÃO ORGANIZACIONAL COM FOCO NOS RESULTADOS

Carga Horária: 30 h/a

EMENTA: Gestão Organizacional e Liderança; Gerenciamento e PDCA; Gestão da Inovação. Tratamento de anomalias. Soluções para focos específicos. Gestão do ambiente; Conceitos e definições de indicadores de desempenho e sistema organizacional; Gestão de resultados com foco em indicadores; Indicadores de Qualidade: aferindo a satisfação do usuário e avaliando a qualidade; Indicadores de Produtividade: eficiência; Indicadores de capacidade; Análise crítica dos indicadores; Interpretação dos Critérios de Excelência do MEG (Modelo de Excelência de Gestão) e Relatórios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. GESTÃO POR RESULTADOS
 1. 2 Princípios da gestão por resultados;

1. 3 Lógicas para geração de resultados;
1. 4 Controle e acompanhamento;
1. 5 Gestão de competências;
1. 6 Dimensão, conceito e indicadores de resultados;
1. 7 Funções gerenciais e suas contribuições para o resultado;
1. 8 Performance econômica e financeira;
1. 9 Monitoramento dos resultados.

2. FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA

2.1 Como alcançar vantagem competitiva;

2.2 Eficiência e eficácia versus estratégia;

2.3 A evolução do pensamento estratégico.

3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ESTRATÉGIA COMPETITIVA

3. 1 Estabelecimento de objetivos;
3. 2 Escolha e implementação da estratégia;
4. 3 Implementação da estratégia e visão de futuro.

4. CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS

4. 1 Desenvolvimento de cenários para consecução de objetivos;
4. 2 Análise externa ou análise do macro-ambiente;
4. 3 Análise do ambiente interno;
5. 4 Análise SWOT.

5. SISTEMAS DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

5. 1 Tableau de Bord;
5. 2 Método de Martindell;
5. 3 Método de Buchele;
5. 4 Método de Corrêa;
6. 5 Balanced Scorecard;
5. 6 Pirâmide da Performance;
5. 7 SkandiaNavigator;
5. 8 Sete Critérios de Desempenho;
5. 9 Prisma da Performance.

6. ALINHAMENTO DA GESTÃO ESTRATÉGICA COM A EXCELÊNCIA OPERACIONAL, COM FOCO EM RESULTADOS:

6. 1 Alinhamento total da estratégia;
6. 2 Gerenciando o processo de alinhamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

HALL, R. H. Organizações: estrutura e processos. São Paulo: PrenticeHall do Brasil, 2004.

AMARU, A. C. Teoria geral da administração. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ARGYRIS, C. Enfrentando defesas empresariais. Campus, 1992.

CHAMPION, D. J. A sociologia das organizações. Editora Saraiva, 1980.

CHANLAT, J-F. O indivíduo e a organização: dimensões esquecidas. Volumes I,II e III. São Paulo: Atlas, 1994.

CHIAVENATO, I. Administração: teoria, processo e prática. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

DAFT, R. L. Teoria e projeto das organizações. 6. ed. Editora LTC, 1999.

MINTZBERG H.; QUINN, J.B. O processo da estratégia. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2001.

MORGAN, G. Imagens da organização. Edição executiva. São Paulo: Atlas, 2000.

ROBBINS, S. P. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2000.

SENGE, P. A quinta disciplina. São Paulo: Best Seller, 1998.

CONTEUDISTA:

Matrícula	Cargo/Posto	Nome
960033-7	Maj PM	Jonas Sobral Moreno

Carga Horária: 30 h/a

EMENTA: Análise do Sistema Brasileiro de Segurança Pública; Debate sobre o papel das Instituições de Segurança Pública no Brasil e na Ordem Internacional; Cenário Global e atual das ações de segurança pública: tendências e desafios; Relação entre os planos de segurança pública no âmbito estadual e nacional (Pacto pela Vida e Plano Nacional de Segurança Pública); análise de cenários da segurança pública neste contexto, seus potenciais e suas ameaças; Elaboração de Políticas Públicas de Segurança no contexto dos planos nacional e estadual e produção de conhecimento da área.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceito de Política Pública:

- 1.1 a concepção de política;
- 1.2 O Estado;
- 1.3 Principais características do Estado;
- 1.4 O objetivo do Estado: o bem comum;
- 1.5 A definição de política pública;
- 1.6 Características de uma política pública;

2. Segurança Pública:

- 2.1 Classificações de Políticas de Segurança Pública;
- 2.2 As atribuições das instituições de Segurança Pública: visão sistêmica e compartilhada;

3. A função de policiamento ostensivo na preservação do Estado democrático de Direito:

- 3.1 O mandato policial;
- 3.2 O projeto de Segurança Pública para o Brasil;
- 3.3 O Plano estadual de Segurança Pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. Tradução de Renê Alexandre Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BRASIL. Plano Nacional de Segurança Pública, Governo Federal, 2001.

BRASIL. Planos estaduais de Segurança. Ministério da Justiça- 2003.

DIAS, Reinaldo e MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FILOCRE, D'Aquino. **Classificações de políticas de segurança pública**. In: Revista Brasileira de Segurança Pública. Brasília: SENASP, ano 3 Edição 5 Ago/Set 2009.

PERNAMBUCO. Plano Estadual de Segurança Pública (PESP-PE). SDS/PE, 2007.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia: sociologia da Força Pública**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. Ed. rev. 2002. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MORAIS, Paulo. **Segurança pública e as organizações policiais**. Recife: Bagaço, 2008.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVA, Washington França. **Mandato policial na prática: procedimentos policiais no atendimento às ocorrências criminais e não-criminais**. In: Revista Brasileira de Segurança Pública. Brasília: SENASP, Ano 4 Edição 6 Fev/Mar 2010, 6-30p.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. In: Sociologias. Porto Alegre: ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

CONTEUDISTA:

Matrícula	Cargo/Posto	Nome
2009-5	Cel PM	Ney Rodrigo Lima Ribeiro

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA II

Carga Horária: 20 h/a

EMENTA: Estruturação e orientação do Trabalho Final de Curso, voltado para elaboração do texto final, o qual será norteado nas áreas temáticas definidas pela Academia Integrada de Defesa Social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1. Estruturação do Trabalho Científico;
- 2. Realização da Pesquisa Teórica e/ou de Campo;
- 3. Análises dos Dados e Resultados;
- 4. Elaboração do Texto Final.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira; COUTO ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do. *Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.

ANDRADE, Maria Margarida. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

CAMILLO, CARLOS Eduardo Nicoletti; e FERRON, Fabiana. *Monografia Jurídica uma abordagem didática*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

CARNEIRO, Maria Francisca. *Pesquisa jurídica: metodologia de aprendizagem*. Curitiba: Juruá, 1999.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 16.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CONTEUDISTA:

Matrícula	Cargo/Posto	Nome
950657-8	Maj PM	Benoni Cavalcanti Pereira



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO CORREIA DOS SANTOS**, em 07/05/2019, às 16:52, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO ANTONIO D. de BORBA FILHO**, em 08/05/2019, às 16:36, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1916057** e o código CRC **9CE1EBEE**.

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DE PERNAMBUCO

Rua São Geraldo, 111 - Bairro Santo Amaro, Recife/PE - CEP 50040-020, Telefone: (81)31835098